



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/LIBRAS**

KARLA CYRLENE DE SOUZA DA COSTA

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Porto Nacional (TO)

2021

KARLA CYRLENE DE SOUZA DA COSTA

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Artigo apresentado ao Curso de Letras:
Libras Campus de Porto Nacional da
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
como requisito para aprovação na
disciplina de **Trabalho de Conclusão de
Curso II**, orientado pela Prof^a. Dr^a Kátia
Rose Oliveira de Pinho.

PORTO NACIONAL (TO)
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C837i Costa, Karla Cyrlene de Souza da.
A Inclusão de alunos surdos na educação de jovens e adultos (EJA):
Educação de surdos. / Karla Cyrlene de Souza da Costa. — Porto Nacional,
TO, 2021.
39 f.

Monoografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins — Campus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Letras - Libras, 2021.

Orientador: Karla Rue e Oliver de Pinho

1. Surdos. 2. Educação de surdos. 3. Inclusão. 4. Libras. I. Título

CDD 419

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 174
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema e gerado automaticamente e ficha catalográfica em UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

KARLA CYRLENE DE SOUZA DA COSTA

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Artigo apresentado ao Curso de Letras: Libras do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT como pré-requisito para obtenção do título de licenciado e aprovada (o) em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profª Drª Kátia Rose Oliveira de Pinho

Data da aprovação: 19/04/2021.

Banca examinadora:

Profª Drª Kátia Rose Oliveira de Pinho
(Orientadora)

Prof. Dr. George França dos Santos

Profª Esp. Adelaine Valeira Gomes Lima

Porto Nacional - TO, 2021

Aos meus professores surdos que me impactaram, pois quando cheguei à Universidade Federal do Tocantins, jamais pensei encontrar professor surdo atuando em sala de aula, à minha família (esposo e filhos), pelo apoio incondicional e pela compreensão quando estava ausente estudando.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tudo que sou e tudo o que tenho.

Aos meus filhos Caio Henrique e David Emanuel, que me apoiaram desde o início desta jornada, me incentivaram nos momentos de aflições e me ajudaram, com carinho e amor.

Ao meu companheiro Josiel Rodrigues por todo estímulo e auxílio financeiro pra chegar à faculdade, e compreensão nos momentos de ausência; mais que isso, pela dedicação e amor à nossa família.

Ao motorista do ônibus, Sr. José Vicente, por muitas vezes me esperar na volta pra casa.

Agradeço a cada pessoa que ofereceu carona quando não tinha dinheiro.

Aos colegas e companheiros na jornada.

À uma grande amiga, Antônia Ramos que esteve do meu lado me incentivando para não desistir e chegar até aqui.

A todos os professores, pelos ensinamentos, pela orientação, compreensão, paciência e disponibilidade.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Kátia Rose Oliveira de Pinho pelas orientações, pelos ensinamentos enriquecedores, disponibilidade, atenção e compreensão.

*É maravilhoso ter ouvidos e olhos na alma.
Isto completa a alegria de viver.*
Helen Keller

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a inclusão de alunos surdos na educação de jovens e adultos (EJA). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, usando a pesquisa-ação como estratégia. O objetivo geral é elencar e analisar quais foram as contribuições que ocorreram durante o processo de inclusão de alunos surdos na EJA, considerando, entre outros aspectos, a formação dos professores e suas concepções pedagógicas acerca da inclusão. As pesquisas foram realizadas em duas escolas públicas municipais da região sul da cidade de Palmas-Tocantins, com a finalidade de mapear se, entre os anos de 2010 a 2019 houve procura de vagas por alunos surdos para se matricularem na modalidade da EJA, se algum aluno foi matriculado e se esse aluno frequentou e conseguiu concluir seus estudos. Para conhecer a realidade destas escolas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras, professores, intérpretes de língua de sinais, alunos surdos e família. As entrevistas revelaram indícios de ausência de práticas educativas voltadas aos alunos surdos e práticas pedagógicas voltadas somente para alunos ouvintes. Tais práticas poderiam abranger a todos para que não houvesse exclusão dos que são os sujeitos no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Surdos. Educação de Surdos. Inclusão. Libras.

ABSTRACT

This research has as its theme the inclusion of deaf students in the education of young people and adults (EJA). This is a research with a qualitative approach, using action research as a strategy. The general objective is to list and analyze what were the contributions that occurred during the inclusion process of deaf students in the EJA, considering, among other aspects, the teacher's education and pedagogical conceptions about inclusion. The research was carried out in two municipal public schools in the southern region of the city of Palmas-Tocantins, in order to map whether, between the years 2010 and 2019, there was a search for vacancies for deaf students to enroll in the modality of the EJA, if any student was enrolled and if this student attended and was able to complete their studies. To know the reality of these schools, semi-structured interviews were conducted with the coordinators, teachers, sign language interpreters, deaf students and family. The interviews revealed indications of the absence of educational practices aimed at deaf students and pedagogical practices aimed only at hearing students. Such practices could cover everyone so that there is no exclusion of those who are the subjects in the teaching and learning process.

Keywords: Deaf. Deaf education. Inclusion. Pounds.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A INCLUSÃO	13
3 EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	14
4 FAZENDO UMA BREVE REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	17
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	20
5.1 A inclusão dos surdos na EJA	21
6 LOCAL DA PESQUISA	24
6.2 Procedimentos Adotados.....	24
7 ANÁLISE DE DADOS.....	26
7.1 Escola nº1 e Escola nº 2.....	26
7.1.2 Escola Nº2	27
7.1.3 Os professores - Escola Nº1	28
7.1.4 Os professores - Escola Nº2	29
7.1.5 Alunos Escola Nº 1	29
7.1.6 Alunos Escola Nº 2.....	29
7.1.6.1 A primeira aluna.....	30
7.1.6.2 A segunda aluna	30
7.1.7 Intérprete.....	31
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA COORDENADOR/ORIENTADOR PEDAGÓGICO	36
APÊNDICE B - ENTREVISTA PARA PROFESSORES	37
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM ALUNO	38
APÊNDICE D - ENTREVISTA PARA O INTÉRPRETE.....	39

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da educação sempre foi uma das preocupações do mundo inteiro. A Unesco propõe várias estratégias para a diminuição dos índices de analfabetismo, por compreender que a educação é um caminho para o desenvolvimento de nações e promoção da paz. Atualmente no Brasil podemos perceber dissensões em direção às trajetórias em construir estratégias educacionais que possam alcançar a todos, especialmente, os que precisam de aprendizagens especiais (RAMALHO, 2005). A inclusão escolar de alunos com algum tipo de necessidade especial provoca várias reflexões em relação a sua aceitação na escola regular. Para nós, professores que fazemos parte deste cenário educacional, com a oportunidade de participar de uma equipe pedagógica de ensino de Jovens e Adultos EJA na Escola municipal Escola Municipal Jorge Amado na cidade Palmas – Tocantins, surgiu a necessidade de elaborar uma pesquisa em função de duas vivências.

A primeira, aproveitar a oportunidade de ter trabalhado com alunos ouvintes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e poder perceber as vulnerabilidades dos educandos ali matriculados. A segunda, foi observar que existiam alunos com vários tipos de deficiência e não existia nenhum aluno surdo matriculado na EJA. Sabemos que, assim como os ouvintes tardaram seus estudos por algum motivo, os surdos também passaram por diversos problemas que os impediram de continuar estudando.

A notada ausência de alunos surdos na EJA fez com que questionássemos alguns professores, recebendo respostas vagas e preocupantes. Alegaram que não se lembravam de nenhum surdo procurar a Escola Municipal Jorge Amado entre os anos de 2010 a 2019 para se matricular; disseram ainda que já fazia muito tempo que a referida escola não era procurada por surdos para estudar. Assim, surgiu o interesse em descobrir os motivos dos surdos não chegarem à EJA. Nesse sentido, nos propusemos a analisar a inclusão de alunos surdos na EJA nas escolas municipais Jorge Amado e Maria Julia, entre os anos de 2010 a 2019, considerando, entre outros aspectos, a formação dos professores e suas concepções em torno da inclusão, o acolhimento do aluno surdo na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, o acontecer do ensino nestas escolas e as possibilidades de um trabalho curricular culturalmente vinculado e adequado ao acolhimento do aluno com surdez, observando as especificidades que demandam esses discentes.

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar a inclusão de alunos surdos na EJA nas escolas municipais Jorge Amado e Maria Julia, entre os anos de 2010 a 2019, considerando, entre outros aspectos, a formação dos professores e suas concepções em torno da inclusão. Para desenvolvê-lo, os objetivos específicos centram em: analisar o acolhimento do aluno surdo na modalidade de ensino

Educação de Jovens e Adultos; compreender como ocorre o ensino nas escolas investigadas; identificar na formação dos professores as possibilidades de um trabalho curricular culturalmente vinculado e adequado ao colhimento do aluno com surdez, considerando as especificidades que demandam esses discentes.

A metodologia mais adequada foi a pesquisa qualitativa, sendo utilizada a estratégia da pesquisa-ação, método que permite a compreensão da problemática proposta, ao mesmo tempo em que suscita reflexões sobre a inserção de pessoas surdas nas unidades escolares e permite a construção de saberes, mudança de postura dos sujeitos envolvidos na prática de ensino.

Na Metodologia, são descritos os delineamentos da pesquisa, dos locais investigados, os sujeitos, os procedimentos utilizados para a coleta de dados e os resultados colhidos através das respostas coletadas por alguns questionários semiestruturados com perguntas específicas para cada entrevistado, com o objetivo de evidenciar os motivos da evasão na modalidade de ensino EJA, que consideramos de grande importância para os surdos adultos que não tiveram oportunidades de estudar no tempo ideal.

Assim, o trabalho estrutura-se da seguinte forma: para determinar o conceito de inclusão na educação, é feita uma breve trajetória da legislação vigente que institui o ensino de Libras nas instituições de ensino. Posteriormente, são apresentados os diversos métodos utilizados nas escolas para a educação de surdos, desde a soletração fonética ao bilinguismo. Realizada essa contextualização, percorremos a trajetória da educação no Brasil em seus períodos históricos e como a educação supletiva não era uma preocupação da União até o período que compreende o Estado Novo (1934 - 1945) e os períodos que compreende os anos de 60 a 80. Após essa análise da trajetória educacional brasileira, debruçamos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a inclusão dos surdos no sistema educacional. A parte final do trabalho constitui-se a partir das entrevistas e relatos obtidos dos coordenadores, professores, intérpretes e alunos surdos, sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

2 A INCLUSÃO

A educação inclusiva integra os alunos com necessidades especiais em escolas regulares por meio de uma abordagem humanística. Essa visão entende que cada aluno tem suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade, não como problema. Por conseguinte, os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) fazem parte da rotina das escolas, conforme definido em cada momento histórico, como encontramos no documento elaborado pela Secretaria de Educação Especial, intitulado *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental* (BRASIL, 2005, p. 32) a seguinte afirmação:

[...] a educação inclusiva vai muito além da presença física do aluno no ensino regular. Não é aquela que só aceita as diferenças, mas faz da diferença uma maneira distinta de expressão e de operacionalização do mundo, na qual, compreender pessoas com NEE significa entendê-la a partir de seu próprio marco de referência. Não basta reconhecer e aceitar a diferença. Há que se transformar a ação e a experiência variadas em algo que amplie a nossa visão de mundo no sentido de uma atitude cidadã em respeito às diferenças.

Tendo como referência o documento da Secretaria de Educação Especial, não basta a presença do aluno portador de NEE nas escolas, a presença física não garante o aprendizado, faz-se necessário medidas que garantam a inclusão; cabe a cada instituição escolar que se diz “inclusiva” adaptar-se às necessidades de cada um dos que precisam ser incluídos. Se tratando do aluno surdo que é o foco deste estudo, são necessárias adaptações de acordo com a necessidade dos alunos. O art. 4º da lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002 dispõe:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Além de reconhecer a Língua de sinais brasileira (Libras) como língua oficial da comunidade surda; determina aos sistemas educacionais adaptarem-se às necessidades do aluno surdo, com o apoio pedagógico necessário, o intérprete de língua de sinais, e o principal: a disciplina de Libras para que ele (o aluno surdo) esteja atualizado, inserido no universo da língua oficial e os outros alunos que estudam com ele possam também aprender e se comunicar na linguagem da comunidade surda.

3 EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Durante muito tempo o aluno surdo foi submetido a tentativas de oralização em sala de aula. O sistema educacional preocupava-se em promover a fala, a cura e “salvação” dos surdos através abordagem oralista, crendo que fossem capazes de assimilar a linguagem oral, tornando-se falantes. Na maioria das escolas que possuíam surdos matriculados, os professores procuravam deixá-los sentados na primeira fileira para que o mesmo aprendesse a falar lendo os lábios da(o) professora(o). Soares (2005, p. 29) nos mostra que:

[...] é necessário tentar entender o significado do ato de oralizar o surdo através da escrita, nesse tempo de primazia da oralidade, em que a escrita a ela se subordinava diferentemente da forma como, posteriormente, passou a ser encarado, isto é, a escrita como forma de comunicação substituindo oralidade na importante função da transmissão de conhecimento – a escrita a ser utilizada como recurso para a oralização.

Como aponta Soares, a tentativa de inserir as pessoas surdas na prática da escrita constitui-se como uma forma de substituir a oralização, dadas as dificuldades encontradas pelos alunos surdos de oralizar as informações, de acordo com o seu grau de surdez. Para muitos que não conhecem a língua de sinais e veem o surdo como deficiente auditivo, ou até mesmo aquele surdo que não se aceita como surdo, buscar a oralização é tentar se submeter a falar e o processo de comunicação ser mais rápido.

O incentivo a oralização e o treinamento da fala, leitura dos lábios, era usado dentro da sala de aula por maioria dos surdos, pois os professores acreditavam que assimilando a oralização com a escrita ficaria melhor para o surdo compreender o que estava sendo ensinado e também na integração dos sujeitos surdos na comunidade de ouvintes. Além deste método de oralização outros métodos foram pesquisados por diversos educadores, no intento de estimular a aquisição da fala em diferentes processos. Dentro dessas metodologias propostas estão: A soletração fonética, a dactilologia, o gestualismo e o oralismo.

No método proposto a partir da Soletração Fonética, os surdos eram induzidos a produzirem sons que saíam através das cordas vocais, passando pela faringe e saindo pela boca; na Dactilologia os alunos eram forçados a aprender o alfabeto manual constituído de 25 posições dos dedos da mão direita, representando as 25 letras do alfabeto. Ambos métodos (Soletração Fonética e Dactilologia) não contribuem para a aquisição da fala, uma vez que os alunos encontram dificuldades na produção de sons e na construção de palavras ao utilizar os sinais representando as letras do alfabeto, o que os tornam inviáveis para a comunicação efetiva das pessoas surdas. O Gestualismo foi o primeiro método dedicado a estudar a língua de sinais, ao observar a comunidade surda utilizando o canal viso-gestual na

comunicação, preconizando que a comunicação por sinais se configura como a linguagem natural dos surdos, proposta defendida ainda no século XVIII.

No decorrer do século XIX, o Oralismo configurou-se como o método dominante para a educação de surdos, um holocausto linguístico, cognitivo e cultural, mas ainda um marco histórico na educação dos surdos. O método foi proposto em 1880, no Congresso de Milão, evento que envolvia Educadores de Surdos. Conforme pontua Skliar (2005, p.16), a partir desse congresso foi instituído o Oralismo como melhor e único sistema para a educação dos surdos, proibindo professores surdos no sistema de educação. Transformações na concepção da linguagem da comunidade surda ocorrem em 1960, quando o estadunidense Willian Stokoe, por meio de seus estudos linguísticos, afirma ser a American Sign Language (ASL) a verdadeira língua, colocando no centro dos debates acadêmicos a construção da linguagem por meio da língua de sinais.

Em 1980, concomitante à Comunicação Total, é trazida novamente ao cenário educacional a língua de sinais sob a abordagem educacional do Bilinguismo. Esta abordagem parte do entendimento de ser a língua de sinais, a língua natural dos surdos, a primeira língua que deverá ser adquirida por estes. Segundo Skliar (2006, p. 104):

[...] o objetivo da educação bilíngüe é criar uma identidade bicultural, pois permite à criança surda desenvolver suas potencialidades dentro de uma cultura surda e aproximar-se, através dela, à cultura ouvinte [...] a necessidade de incluir duas línguas e duas culturas dentro da escola em dois contextos diferentes, ou seja, com representantes de ambas as comunidades desempenhando na aula papéis pedagógicos diferentes. O que irá garantir a eficácia da educação.

De acordo com o bilinguismo, a potencialidade de aprendizagem envolve a identidade bicultural, fazendo com que a pessoa surda seja inserida na cultura ouvinte. Ainda sobre a língua de sinais, Dorziat e Figueiredo (2003, p. 36-38) afirmam:

A língua de sinais como uma primeira língua, é essencial para que o surdo, vendo-se a si mesmo, possa enxergar o outro, o ouvinte e, enxergando o outro, possa adentrar no mundo da linguagem escrita desse, de forma mais apropriada. A língua de sinais pode, assim, ser representada como a porta de entrada que dará acesso ao entendimento da cultura de um grupo, [...] da cultura surda.

Desse modo, conhecer a linguagem escrita é uma oportunidade de a pessoa surda ter entendimento da cultura ouvinte. A língua de sinais atua na construção de identidade, para que surdos e ouvintes vejam em si mesmos suas línguas oficiais. Da mesma forma como os ouvintes têm o Português, a comunidade surda possui a Libras como língua oficial. Diante de todos esses processos

linguísticos e educacionais que envolvem as pessoas surdas, as instituições escolares precisam estar atualizadas para acolher os surdos em suas instituições.

4 FAZENDO UMA BREVE REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A longa história de lutas e conquistas da educação formal no Brasil tiveram início com o ensino jesuítico, perpassando pelo período imperial, republicano, ditatorial; sendo caracterizada como adaptações de modelos educacionais importados e implantados para o nosso meio. Diante deste cenário, faremos um breve retrospecto da formação cultural e intelectual do Brasil, procurando salientar o processo de desenvolvimento das ideias educacionais a partir da emergência de situações históricas concretas, e como a educação estava atrelada aos interesses políticos de cada período.

A educação formal brasileira no período da colonização teve relação direta com os Jesuítas, que foram os primeiros educadores no Brasil. O ensino era ligado à Igreja Católica, tendo como foco a formação dos filhos das elites econômicas, bem como a catequização e aculturação dos povos indígenas, conforme assinala Araújo (2006, p. 3). Já no período imperial são traçadas propostas para o âmbito educacional, relacionadas com as novas realidades vivenciadas no país que procurava criar meios econômicos de progresso, com instalação de indústrias e alianças

comerciais com nações europeias. Isso implicou na necessidade de transformar a educação como uma forma de atender aos interesses do mercado. Conforme Paiva (1987, p. 165), a partir de 1870 começam a surgir escolas destinadas a formar adultos nas províncias brasileiras, tendo como período de maior surgimento de unidades escolares a partir de 1880, com a multiplicação das instituições de ensino.

De acordo com Araújo (2006, p. 3), ao longo da República, a educação passa a ser vista como legitimadora da ordem vigente, do modelo econômico e político adotado pela nação brasileira, instrumento que está diretamente ligado à difusão de ideais e legitimação política. Foi a partir da República que a educação de adultos, o ensino supletivo, se desprende do ensino fundamental, tornando possível a análise quantitativa de alunos adultos matriculados no ensino supletivo, bem como nos demais níveis de ensino. No período do Estado Novo, após a realização do censo nos anos de 1933 a 1935, foi constatado que existia uma taxa de analfabetismo imensa quando se tratava dos adultos maiores de 18 anos; o país contava com 55% de analfabetos adultos. Essa constatação forçou o surgimento de discussões acerca do ensino supletivo, na tentativa de superar os altos índices de analfabetismo.

Ao longo dos anos de 1940 e 1950 surgem propostas que ofertavam o ensino à população afastada do ensino, ao inserir a população adulta na escolarização. Dessa forma, surge o Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, que destinou verbas às escolas de todo o país para a melhoria do sistema educacional primário. Já em 1947 é criado o Serviço de Educação de Adultos, incentivando a matrícula e

continuidade dos estudos para a população adulta. A Campanha de Educação Rural, surgida em 1952, voltava a atenção das políticas para a população do campo, acelerando a alfabetização e a finalização da educação básica. Em 1958 surge a CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, com recursos federais, procurou aumentar o nível da educação brasileira, no intuito de retirar o país dos altos níveis de analfabetismo ainda presente nos dados censitários, conforme destaca Araújo (2006, p. 4).

Os estímulos governamentais permitiram que verbas fossem destinadas para a educação primária de jovens e adultos, bem como o surgimento de propostas concretas para a organização do ensino supletivo. Ao mesmo tempo, configurou-se como uma oportunidade reflexiva sobre as práticas pedagógicas, dificuldades encontradas pelos alunos, e principalmente, sobre os altos índices de analfabetismo presente no Brasil no período.

Ao traçar uma análise da trajetória da educação brasileira, Paiva (1987, p. 305) assinala a mudança de concepções acerca dos problemas educacionais ocorridos nos anos de 1920 e 1960, considerando esses períodos como os mais relevantes para reflexões acerca da estruturação e ampliação do ensino básico e da educação de adultos.

Já chegando na década de 90, a história da educação de jovens e adultos necessitou ser reformulada pedagogicamente com a LDB. A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, dedica dois Artigos, no Capítulo II, Seção V, que reafirmam a gratuidade e obrigatoriedade da oferta de educação para todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria. A Lei decreta:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1999).

Como expressa a legislação, as instituições escolares devem assegurar a continuidade dos estudos de acordo com sua individualidade, experiências de trabalho, condições sociais; fatores que estão diretamente relacionados com o desempenho escolar. Marques Oliveira (2018), ao

analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atenta-se que o documento dedica dois artigos para educação de jovens e adultos, associando a EJA ao ensino fundamental (Artigos 2, 3 e 4) valorizando a EJA.

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Ao destacarmos o contexto dos marcos legais da Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário compreender como a legislação da EJA (como é conhecida a Educação de Jovens e Adultos) foi referenciada nos documentos oficiais do MEC. Dessa forma, é traçada a trajetória da legalização da EJA: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegurou aos jovens e adultos o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito.

a A nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extra escolares entre outra estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para o ensino fundamental e médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio).

b O Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e 17 contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Para o aluno surdo, a legislação permitiu a visibilidade por considerar as diferenças, impactando na necessidade de preparar o ambiente escolar para a inserção de PCDs (Pessoas Com Deficiência). Para as unidades escolares estas reflexões são fundamentais, na medida em que as práticas pedagógicas são convocadas às mudanças, no intento de propor adequações para transmissões de conteúdo, pois estes alunos, em seu processo de educação, são marcados historicamente por práticas que não eram apropriadas para o seu desenvolvimento pleno enquanto cidadãos.

As práticas oralistas foram constantes durante um longo período na educação dos surdos, que forçava os mesmos a falar e não permitia o uso da língua de sinais, pois acreditava que os surdos deveriam ter o mesmo tipo de educação que era ministrada para os ouvintes. Isso levava os alunos

surdos a passarem anos aprendendo a falar oralmente e, só depois, em idade bastante avançada, eram expostos aos processos educacionais, causando inúmeras dificuldades no desenvolvimento de suas potencialidades, não por problemas de ordem cognitiva dos alunos, e sim pelas dificuldades decorrentes da não aceitação de sua condição de usuário de uma língua diferente.

5.1 A inclusão dos surdos na EJA

O objetivo maior da Educação Especial sempre foi a inclusão. Nos últimos anos, muito se fala em *inclusão*, entretanto, inclusão não se restringe ao intento de matricular nas instituições de ensino regular, as pessoas com algum tipo de deficiência, possibilitando o acesso ao conhecimento vinculado à cultura de cada um, mas com foco na cultura dominante. No caso do surdo no contexto escolar regular, é reproduzida a cultura ouvintista, os Surdos desde os primeiros anos escolares estão sendo conduzidos por metodologia oralista desenvolvendo uma forma de comunicação que desconhece a Língua de Sinais e também a Língua Portuguesa. Os surdos, nesse modelo de “inclusão” apenas para constar a presença e forçá-los a aprender a oralizar são escanteados, impossibilitados de aprender por estarem cerceados por uma escola que ignora sua língua e que não tem profissionais habilitados para trabalhar com as pessoas surdas, sonogando-lhes o direito assegurado pela legislação de aprender.

Mas quem é esse sujeito surdo? Qual sua identidade? São questionamentos importantes para analisarmos o processo de aprendizagem. Hoje a comunidade surda está sendo, paulatinamente, inserida no contexto sócio-histórico-cultural do país, por meio das políticas públicas voltadas para a construção de uma cultura surda. Ocorre na atualidade a valorização da cultura surda, porque o povo surdo, através de suas lutas, conseguiu se mobilizar para a implementação de políticas públicas e garantir maior visibilidade. Ressalta-se que essa valorização ocorre não somente no âmbito nacional, mas internacional, somando forças para a inserção das pessoas surdas nos diversos níveis de ensino.

Os anos 50 foram importantes ainda para repensar a inserção de pessoas surdas no sistema escolar, fato relevante foi a criação da APAE, fundada em 1954. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais propôs a assistência de educação e saúde de alunos com deficiências, o que permitiu maior visibilidade da educação voltada para pessoas surdas, conforme pontua Beltrami & Moura (2015, p. 147). A criação da organização reforça a mobilização social a fim de promover a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na educação formal, estabelecendo projetos voltados para a formação e reabilitação dos alunos matriculados na instituição.

A Declaração de Salamanca, encontro realizado em Salamanca/Espanha, de 07 a 10 de junho de 1994, com de mais de 392 representações governamentais e mais de 25 organizações internacionais,

provocou várias interpretações e práticas diferenciadas em diversas localidades.

A Declaração detalha várias propostas sobre a necessidade da preparação das escolas comuns com seu espaço físico, corpo docente, material didático para acolher os alunos especiais. Nesse documento, a análise do tema é, na maior parte do tempo, abrangente, incluindo todos os alunos de escolas especiais, inclusive os que foram deixados para trás socialmente, como os meninos de rua, os indígenas, etc. Entretanto devemos nos atentar apenas à inclusão das pessoas surdas.

Com relação às pessoas surdas, a língua de sinais é o ponto de partida que dará sustentação a todas as reflexões que tratarem sobre a temática. Essa língua de modalidade viso-espacial de apreensão e de construção de conceitos é o que une a comunidade surda e configura uma cultura diferente: a cultura surda. A cultura surda é entendida como pertencimento, como uma junção das pessoas surdas em torno da valorização de sua forma de se expressar gestualmente, politização política em relação à surdez, vista como algo que os une para garantir a aquisição de direitos.

A partir do desenvolvimento linguístico de acordo com a necessidade do surdo, outros elementos contribuem para a inserção do surdo no ambiente escolar, como o estímulo dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o contexto familiar, as condições socioeconômicas e geográficas de cada indivíduo surdo. Apesar de a maioria dos surdos serem oriundos de famílias ouvintes, o ambiente escolar deve dar oportunidade para que ocorra uma comunicação fluente, viva e natural, entre os colegas, professores e os funcionários da escola. A partir daí, não só a veiculação de todos os tipos de conteúdo curriculares se torna viável, como também a consolidação de uma forma particular de ver o mundo, a partir das informações visuais e da emergência de diferenças dentro da diferença. A partir desse contexto educacional, familiar, social é que se torna possível uma educação inclusiva de fato. Sem esses elementos, pode-se até enxergar alguma aquisição de informações/conhecimento, mas será mais uma maneira relevante, dentre as várias existentes, que a escola regular promove. Quando se trata de inclusão, a valorização da língua de sinais para os surdos é uma das questões essenciais, como possibilidade de igualdade de condições de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

O uso dessa língua contribui de forma decisiva para a superação de problemas que possam surgir no processo ensino-aprendizagem, pois é através da língua que nos comunicamos, que apreendemos o mundo e o nosso entorno social; elemento que não é diferente na cultura surda. A forma como a prática pedagógica se realiza visa proporcionar a formação de seres humanos na sua globalidade, valorizando os modos de vida, aparato cultural, os indivíduos em sua totalidade.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, a saber, elencar e analisar quais foram as ações e contribuições que ocorreram durante o processo de inclusão de alunos surdos na EJA (Educação de

Jovens e Adultos), foram realizadas leituras de textos relacionados às políticas públicas voltadas para a comunidade surda, a fim de compor o embasamento teórico da pesquisa e fornecer elementos comparativos de experiências e vivências ocorridas em outras localidades. Para fins de obtenção de dados, foi delimitado o campo de pesquisa em duas unidades escolares: Escola Municipal Maria Júlia e Escola Municipal Jorge Amado, localizadas na região sul de Palmas – TO, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, educadores, alunos surdos, intérpretes. As entrevistas ocorreram com diversas estratégias, devido a situação de pandemia, o contato deu-se por meio de vídeos chamadas, áudios enviados, reunião virtual.

A presente pesquisa está baseada na abordagem qualitativa (MINAYO, 1993). Isso não exclui a possibilidade de quantificação dos dados, mas procura demarcar a relação entre o conhecimento e a realidade circundante, enxergando a pesquisa de forma sistêmica, uma vez que o foco de análise são os indivíduos inseridos no contexto de ensino e aprendizagem e suas impressões acerca das políticas públicas voltadas para a educação surda no que concerne o ensino ocorrido na EJA.

Após a coleta dos dados, foram realizados registros e a transcrições das entrevistas, a fim de elaborar o trabalho final. Sendo assim, os fenômenos apreendidos por esta pesquisa situam-se em dados históricos relevantes, pois trazem à tona as experiências e desafios de educandos e educadores que veem as políticas públicas voltadas para a educação de alunos surdos serem escanteadas.

6 LOCAL DA PESQUISA

Foram realizadas pesquisas de campo em duas escolas da rede pública municipal regular de ensino, entre os anos de 2010 a 2019 que oferecem no período noturno a EJA no 2º seguimento, que é 6º ao 9º ano do ensino fundamental, localizadas na cidade de Palmas – TO, na intenção de investigar se durante esses anos houve a procura por parte de alunos surdos, se os que procuraram conseguiram se matricular, se as escolas oferecem o acolhimento adequado com professores capacitados em seus planejamentos com a Língua de Sinais (LIBRAS), se a instituição escolar oferece intérprete, se nas dependências da escola possuem informações acessíveis para estes alunos, se os demais funcionários estão capacitados para o acolhimento ou se tem pelo menos noção de como cumprimentar este aluno surdo que precisa dar continuidade em seus estudos.

6.1 Participantes (Entrevistados)

Os participantes desta pesquisa foram: professores, coordenadores, intérprete e alunos que fizeram parte durante o período delimitado da pesquisa. Esses sujeitos contribuíram para a coleta de dados, uma vez que todos estes, ao serem procurados, trouxeram informações importantes que ajudaram a compreender o acolhimento dos alunos surdos, as abordagens utilizadas nesta modalidade de ensino, as práticas de sala de aula, os desafios educacionais encontrados, as limitações enfrentadas pelos profissionais.

6.2 Procedimentos Adotados

As coletas de dados realizaram-se de forma global, ou seja, as mesmas abordagens para as duas escolas, com entrevista semiestruturada (cf. anexos). As abordagens utilizadas nesta pesquisa foram feitas à distância, via celular, pois desde 2020 estamos vivendo em tempos de pandemia com o novo coronavírus (Covid 19). Desse modo, ambas escolas se encontram fechadas e sem presença de alunos, somente o administrativo funcionando via telefone, para que não haja contaminação e propagação da doença. A coleta de dados foi realizada por telefone, através de aplicativo de mensagem (WhatsApp) e também por chamada de vídeo.

As pesquisas realizadas através de ligações feitas pelo celular, em que se obteve os primeiros esclarecimentos, posteriormente foi enviado um questionário para os mesmos, que foi respondido por mensagens de voz, escritos manualmente por próprio punho para se obter as informações sobre o processo de inclusão de surdos nas referidas escolas. Com os alunos surdos foram realizadas chamadas

de vídeo, pois os participantes sentiram-se mais confortáveis respondendo desta forma, conseguimos nos comunicar melhor em língua de sinais, motivo da escolha da modalidade de entrevista com os alunos surdos.

7 ANÁLISE DE DADOS

Diante os parâmetros regulares que dão garantias às lutas conquistadas pelas comunidades surdas do Brasil, a Lei nº 10.436/2002 lhes garante o uso de sua língua LIBRAS como língua oficial da comunidade surda e o Decreto 5626/2005 regulamenta a definição da língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (L2) para os surdos do Brasil, também inclui a Libras como disciplina curricular dos cursos superiores de licenciaturas, garante também aos estudantes surdos o direito ao AEE (Atendimento Educacional Especializado) em um turno diferente ao da escolarização, mas no caso dos estudante da EJA, estes já são adultos, pois não necessitam mais deste tipo de atendimento, o atendimento a ser oferecido por esta modalidade de ensino se faz pelas metodologias aplicadas pelos professores em sala de aula, pelos planejamentos voltados para as necessidades específicas de cada conteúdo que venha ser aplicado e a presença do intérprete para interpretar o que vai ser ministrado na sala de aula. Veremos os resultados com as informações que obtivemos através de relatos coletados por meio das entrevistas semiestruturadas, para cada um que participou desta pesquisa nas respectivas escolas.

Para as escolas analisadas citaremos como Escola N°1 e Escola N°2; na sequência, mostraremos os relatos de cada um dos entrevistados que são coordenadores, professores, alunos surdos e intérpretes de Libras e para guardar a identidade de cada um dos participantes desta pesquisa não iremos citar nomes.

7.1 Escola n°1 e Escola n° 2

7.1.1 Respostas das coordenações pedagógicas das escolas Escola N°1

A coordenação relata que durante o período delimitado nesta pesquisa, entre 2010 a 2019, que não houve procura de matrícula de alunos surdos na unidade de ensino para a modalidade da EJA. A coordenadora de ensino acredita que os alunos matriculados na unidade residem nas proximidades da escola e que possam não ter surdos que morem próximos que necessitem da EJA. A escola atende alunos com outros tipos de deficiência, mas surdos já faz muitos anos que não são matriculados. A EJA possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas no período noturno não funciona, pois, o aluno adulto não procura atendimento especializado devido à falta de tempo e até mesmo falta de interesse do próprio aluno. No caso do aluno surdo, só a presença do intérprete em sala de aula já resolve qualquer tipo de dúvida que tenha em sala de aula e no decorrer dos conteúdos expostos pelos professores.

7.1.2 Escola N°2

Atualmente a escola tem uma coordenadora que trabalha na mesma escola há 21 anos, foi professora da EJA até 2018 e hoje encontra-se com desvio de função. Possui graduação em Normal Superior, em Pedagogia, pós-graduada em Pedagogia Escolar, Orientação Supervisão, Gestão Escolar, Administração Escolar, Cidadania Cultura Atendimento Educacional Especializado e pós-graduanda em Neuro-psicopedagogia.

Relata que a necessidade do acolhimento adequado para o aluno surdo foi o estímulo para fazer vários cursos na área de Libras, hoje possui uma extensa carga horária de formação continuada nesta área, do módulo básico ao avançado. Analisa que a inclusão do aluno surdo na EJA é um processo muito complicado, difícil porque até agora (em 21 anos de profissão como professora e coordenadora), só viu esta unidade escolar na região sul de Palmas se preocupar com os surdos, ela e mais dois professores ficavam inquietos ao observar os alunos surdos ali matriculados sendo invisíveis dentro da sala de aula da EJA, onde os professores não buscavam planejar suas aulas em que o aluno surdo, assim como o aluno ouvinte pudesse absorver o que estava sendo aplicado em sala de aula, pois as aulas ali planejadas, suas metodologias eram somente para os alunos ouvintes, esquecendo totalmente dos alunos surdos; então, eles (os três professores) por incentivos deles mesmos e vendo a necessidade de melhorar o acolhimento, as metodologias e conteúdos foram atrás e buscaram melhorias para aqueles alunos que ali tentavam se instruírem.

Nesse contexto foi fundada a Associação dos Surdos de Palmas que promoveram buscas por alunos que estavam fora da escola para poderem ter um quantitativo de alunos matriculados na EJA, e assim foram procurar as garantias das políticas públicas voltadas para esses alunos, com intérpretes e profissionais que tivessem cursos de Libras para os ajudarem promover o ensino para surdos na EJA, pois, alunos surdos para esta modalidade de ensino ainda é complicado quanto ao acolhimento e ao ensino. A coordenadora acredita que precisa melhorar não somente na escola, mas tem que começar a melhorar no sistema educacional brasileiro com políticas públicas voltadas para educação inclusiva efetiva. No Brasil, muito se fala em educação inclusiva, e todas as escolas se dizem inclusiva, mas deixa muito a desejar, ressalta.

Relata também que o Ministério da Educação possui suas próprias políticas, mas que não são alcançadas pelas escolas, estas escolas ainda encontram grandes dificuldades quanto ao que refere à teoria e prática; na teoria é uma coisa e na prática é outra realidade. Não se vê acolhimento na prática, os professores não foram capacitados, não buscam se capacitar, ou mesmo as instituições oferecem aos

professores, gestores, equipe pedagógica que não conhecem Libras a formação necessária para que possam pelo menos levar uma noção do que o aluno surdo necessita dentro e fora da sala de aula, tudo fica por conta daquele professor que atua direto com aqueles alunos, se passando de intérprete para tudo e todos, infelizmente esta é a realidade. Analisa que a modalidade EJA é importante para o surdo que não teve oportunidade de estudar no tempo certo, acredite que nenhum destes surdos quer viver sem estudar e que esperam que as políticas públicas ainda façam algo por eles.

7.1.3 Os professores - Escola Nº1

Trabalham nas unidades escolares vários professores com formações distintas. Estes professores não possuem formação ou alguma especialização em Libras, pois se graduaram antes da vigência do Decreto obtiveram formações anterior ao Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que visa a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. Esses profissionais relatam também que Secretaria Municipal de Educação não disponibilizou nenhuma formação voltada para Libras e que não houve procura por formação continuada para melhores planejamentos e garantia de melhores metodologias para desenvolver com os alunos surdo.

A maioria dos professores entrevistados não tiveram alunos surdos, apenas uma professora que atua na educação desde 1998. A professora entrevistada possui formação em Letras Modernas - Inglês/Português; afirma que desde a época de sua colação de grau lecionava Inglês e Português; relata que há 10 anos teve dois alunos surdos na modalidade EJA, um deles se comunicava em língua de sinais e o outro não, e aponta que foi um desafio muito grande e muitas vezes sentia-se incapacitada e despreparada para interagir com eles e se questionava: o que fazer? Diante dos 38 alunos ouvintes e dois surdos, não tinha intérprete para acolhe-los, e ela procurava planejar atividades pensando neles, utilizava gestos, oralizava para tentar manter a comunicação entre eles e ali acontecia uma troca.

A professora relata que aprendeu com estes alunos alguns sinais em Libras, mas não era o que realmente ela precisava e o que eles precisavam, (desabafa), e que a presença de um professor formado em Libras ou com alguma especialização na área teria sido de grande importância para aqueles alunos. E foi assim que esses alunos saíram da EJA para o Ensino Médio. Para esta professora, uma série de fatores devem ser levados em conta quanto à inclusão do aluno surdo na EJA, e uma das principais condições é a que o surdo deve ser respeitado, que a escola reveja as condições quanto ao acolhimento possibilitando oportunidades adequadas para o desenvolvimento deles. Conclui ao afirmar que eles

necessitam de atendimento específico, educadores com formação em Libras e de intérpretes para acompanhá-los em sala de aula.

7.1.4 Os professores - Escola N°2

Desde 2003 a professora trabalha nesta escola, a maior parte com a EJA. Formada em Letras e atualmente fazendo pós-graduação em Libras. Entre os anos de 2015 a 2019 trabalhou a disciplina de Inglês com esses alunos, mas foi muito mais além. A necessidade de se comunicar com os alunos a levou a fazer curso básico de Libras e também adaptar suas aulas em Libras para melhor atender seus alunos surdos, buscava na internet atividades em Libras e adaptava as atividades para melhor compreensão dos alunos surdos.

A escola não encontrava intérprete, pois este profissional na época era difícil, até que um dia chegou na EJA um aluno surdo que era casado com uma ouvinte que se comunicava com ele em Libras e começou a parceria junto com esse aluno para fazer a interpretação das aulas para ele e os demais alunos ali matriculados, aproveitaram e se desenvolveram bastante a comunicação em sinais, mas logo esse aluno foi para o Ensino Médio e os que tinham acabado de chegar voltaram a não ter intérprete, na Secretaria de Educação não encontrava intérprete para atuar na escola.

Relata ainda essa professora que além da falta de intérprete para os surdos, falta também o conhecimento da língua e as necessidades dos surdos por parte dos que administram a educação. Na sua opinião, os profissionais de educação que atuam em escola e em sala de aula precisam buscar o conhecimento das Libras, a própria Secretaria de Educação precisa promover cursos para os seus profissionais para melhor acolher o surdo. Além das grandes dificuldades enfrentadas pelos alunos e por professores, ela vê a modalidade EJA como uma grande oportunidade de ensino para o surdo, pois para a maioria, seus estudos foram sacrificados por falta de políticas públicas que vieram melhorar seus desenvolvimentos e assim chegar ao final junto com os ouvintes, mas de maneira adequada e de acordo com suas necessidades.

OBSERVAÇÃO (Faltou respostas para algumas perguntas, pois aluna não soube responder).

7.1.5 Alunos Escola N° 1

Não encontramos nenhum aluno surdos matriculado na escola nesta modalidade de ensino.

7.1.6 Alunos Escola N° 2

Encontramos duas alunas que nos contaram suas experiências na EJA, como mencionado acima,

não irei citar nomes, somente suas experiências.

7.1.6.1 A primeira aluna

Estudou nessa escola na EJA 2 anos, é surda desde os 3 anos de idade, teve meningite e perdeu a audição, hoje com 30 anos de idade ainda frequenta o Ensino Médio, seus pais são ouvintes, tem mais três irmãos ouvintes, casada com ouvinte que pouco sabe Libras, tem 2 filhos ouvintes que estão aprendendo Libras.

Sua trajetória escolar sempre foi difícil, conheceu a Libras na igreja que frequentava ainda na adolescência, aos 16 anos. Os estudos ocorreram em escolas públicas e a durante toda sua vida teve a trajetória escolar sacrificada por falta de profissionais que a entendessem, como professores, intérpretes e etc. Frequentou a EJA por incentivo de outros alunos que também frequentaram e conseguiu concluir o Ensino Fundamental. Relata que as aulas eram voltadas somente para os ouvintes, só algumas atividades eram em Libras porque a professora de inglês passava, os professores não sabiam Libras, os funcionários da escola também não, a intérprete era a que acompanhava o esposo e ajudava os outros alunos na escola. Afirma que gostou muito da EJA, pois a ajudou a terminar o Ensino Fundamental e a chegar no Ensino Médio.

OBSERVAÇÃO (Faltou respostas para algumas perguntas, pois aluna não soube responder).

7.1.6.2 A segunda aluna

É surda profunda, 32 anos de idade, filha de pais ouvintes e tem irmãos ouvintes que não se comunicam em Libras. Conheceu a Libras na igreja que frequentava aos 8 anos de idade. Aos 28 anos conseguiu chegar na Universidade Federal do Tocantins no curso de Letras/Libras, que hoje está trancada devido não ter internet suficiente para participar das aulas que estão em formato virtual devido a pandemia do Covid-19. Sua trajetória escolar foi um pouco sacrificada por falta de professores que soubessem se comunicar e planejar aulas em Libras, pouquíssimas vezes tinha um intérprete, pois a escola não conseguia para a acompanhar. Sua experiência na EJA foi de dois anos, durante este período de tempo somente 6 meses teve intérprete, o restante do tempo que passou por lá teve ajuda de sua mãe que a auxiliava em casa com suas tarefas e isso tornava mais fácil a compreensão das atividades propostas. Conseguiu terminar o Ensino Fundamental e passar para o Ensino Médio. Vê também a EJA como um programa importante para o aluno surdo, pois incentiva a terminar a educação básica e chegar na faculdade.

OBSERVAÇÃO (Faltou respostas para algumas perguntas, pois aluna não soube responder).

7.1.7 Intérprete

Formada em pedagogia, fazendo pós graduação em psicopedagogia, cursando o 6º período de Letras/Libras na UFT (Universidade Federal do Tocantins). O que a levou a trabalhar com pessoas surdas foi ter se casado com um surdo a doze anos atrás e para facilitar a comunicação entre eles buscou aprender a língua de sinais, seu esposo tinha parado de estudar e assim ficava mais difícil entrar no mercado de trabalho, então resolveu se matricular na EJA, mas viu que não tinha intérprete, faltava materiais didáticos como vídeos, imagens, faltava metodologias para o alunos surdo, pois os professores não sabiam adaptar as aulas para o surdo que ali estava , foi então que ela começou a frequentar as aulas para interpretar tudo que estava sendo ensinado para ele entender as aulas ministrada pelos professores que ali trabalhava, o ensino da EJA foi muito importante para seu esposo e para o outros alunos que souberam da existência dela como intérprete, seu esposo conseguiu terminar seus estudos e chegou até a universidade, então aumentou se o número de alunos nesta época.

Observa que há dificuldades de comunicação entre surdos, professores e alunos dentro da sala de aula, pois ele o surdo percebe que as aulas são voltadas somente para os ouvintes deixando- os de lado, os professores não estão preparados para o acolhimento deste aluno surdo em sala de aula, ou seja, não sabem quais necessidades do surdo, como ele aprende e devido essa falta de interesse por buscar essas informações acabam sobrecarregando o intérprete e os ouvintes não sabem compartilhar as informações dos conteúdos dados em sala de aula. Vê também que os professores não tem estratégias para organizar suas aulas para os surdos, pois os surdos não aprendem da mesma forma que os ouvintes.

Para ela, as escolas que relatam em seus PPP'S (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO) serem inclusivas, as pessoas que elaboram o PPP precisam entender as necessidades dos surdos em sala de aula, adaptando assim desde a escola com sua estrutura para orientações em libras nas dependências da escola (banheiro, cantina, biblioteca, sala de vídeo, quadra de esporte, sala de professores, coordenadores, diretores, e etc.) o corpo docente como os funcionários da escola (porteiros, merendeiras, orientadores, coordenadores, gestores e alunos) precisam entender que assim como os ouvintes precisam de informações para se locomoverem dentro das dependências da escola os surdos também precisam ter essas informações até seu aprendizado com metodologias e pedagogias voltas para eles.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta teve os objetivos alcançados, no sentido de analisar as unidades escolares e identificar as propostas inclusivas presentes nas mesmas, estabelecer o quantitativo de alunos surdos matriculados nas escolas, identificar se a equipe educativa procurou ou procura meios de formação continuada. No entanto, o cenário real é bem mais complexo. Deparamos com as dificuldades de inclusão, que perpassa pela formação dos docentes (uma vez que em sua maioria não possuem nenhuma formação voltada para Libras por serem formados há décadas), pela adequação dos espaços escolares e seus funcionários que desconhecem a língua de sinais, ou mesmo a carga que os intérpretes carregam, por serem esse canal de comunicação entre os alunos surdos e os demais ouvintes (professores, colegas, equipe educacional, entre outros).

Com as entrevistas realizadas, observa-se a ausência de intérpretes na educação básica (realidade que começa a mudar com a criação do curso de Letras:Libras), as dificuldades de compreensão dos conteúdos por parte dos alunos surdos como decorrência da falta de comunicação em sua língua, o que acaba desmotivando a continuação dos estudos.

Esta pesquisa revela que a inclusão do surdo na EJA deixa muito a desejar ainda nos dias de hoje, pois todas as escolas, que se dizem inclusivas, não demonstram preocupação em relação ao aluno surdo. Em relação às escolas pesquisadas, ambas se encontram despreparadas quanto ao acolhimento destes alunos, acolhimentos educacionais, sociais, políticos, etc. É notável que essas escolas não buscam atualizações para a estrutura física da escola e nem mesmo para seu corpo docente, proporcionando-lhe cursos para atender alunos com necessidades especiais, pois sejam quais forem as necessidades, a escola precisa estar preparada para acolher, instruir e formar o aluno.

Visivelmente podemos observar que o surdo não teve oportunidades educacionais como o ouvinte teve, durante sua trajetória escolar ele foi sacrificado em utilizar métodos que não eram compatíveis a eles como por exemplo oralizar, por falta do intérprete ou do professor de libras eles eram submetidos muitas das vezes a senta-se próximo ao professor para ler os lábios dele para tentar entender o que estava sendo ministrado em sala de aula, sendo que poderia ser muito mais fácil ter um intérprete de libras dentro da sala de aula para esse aluno surdo que ali estava pudesse compreender a aula.

Uma escola inclusiva precisa estar preparada desde sua equipe pedagógica até a sua pedagogia, pois para que essa inclusão aconteça se faz necessário pelo menos isso. O surdo também aprende se relacionando com os outros alunos, trocando conhecimentos e se esses alunos não sabem a língua dele, ou seja, não sabe libras fica difícil as trocas de informações entre eles. Diante tudo isso que observamos a solução para se fazer valer a inclusão do aluno surdo na escola de jovens e adultos – EJA, seria que os

principais gestores se reiterassem do que vem a ser o ser surdo, quais as necessidades dele no âmbito educacional, entender e buscar políticas públicas para atender melhor o aluno surdo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joelma Remigio. **A inclusão de alunos surdos na EJA e a formação dos professores: desafios e perspectivas**. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Pernambuco, João Pessoa, 2006. Disponível em: <https://www.cedraunescojea.com.br/documento/53c9bcbe080fee0e414feb66e59418fe511841.pdf> Acesso em 04 fev. 2021.
- BELTRAMI, Caroline Moraes; MOURA, Maria Cecília de. A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). *REB – Revista Eletrônica de Biologia*, v. 8, 2015. p.146-161. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reb/article/view/19930/16659> Acesso em 20 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº.9394/96. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em 07 mar. 2021.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. MEC/SEESP. Brasília, 2005.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Ensino de língua portuguesa para surdos: Caminhos para a prática pedagógica**. Ministério da Educação, Brasília, 2004.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. CEDES [online]. 2006, vol.26, n.69, pp.163-184. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 07 abr. 2021.
- MARQUES, Poliane Oliveira. **História da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões**. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Pernambuco, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11194/1/POM28062018.pdf> Acesso em 06 abr. 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitex, 1993.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.
- PARECER CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf Acesso em 05 abr. 2021.
- RYBCZYNSKI, Estanislau. **Mobral, o ensino da ditadura**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral,+o+ensino+da+ditadura> Acesso em 05 fev. 2021.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA COORDENADOR/ORIENTADOR PEDAGÓGICO

1 - Qual sua formação?

2 - Quantos anos você trabalha na educação?

3 – Você tem alguma formação da área de LIBRAS?

4 – Como você vê a inclusão do aluno surdo na EJA?

5 – Quanto ao acolhimento atual em relação ao aluno surdo, o que você acredita que possa ser mudado na escola regular inclusiva e na EJA, para que melhore o acolhimento aos alunos Surdos?

6 - Quais foram as dificuldades que você enfrentou em relação à comunicação e os ensinamentos dos professores para com os alunos surdos?

7 - De que maneira você vê a inclusão dos Surdos na EJA? Como pode haver um maior desempenho dos Surdos, na EJA, em relação ao trabalho do professor? A instituição de ensino possui sala de recurso (AEE)?

8 - Você sente necessidade de cursos ou aperfeiçoamentos de LIBRAS para a equipe pedagógica (Gestor, Professor, Coordenadores, Orientadores, Administrativos, Equipe de Limpeza, etc.)?

9 – E relação ao intérprete de língua de sinais, você entende qual o papel deste profissional em sala de aula?

10 – A instituição a qual você trabalha, possui intérprete de língua de sinais (LIBRAS)?

11 – Você já participou de algum projeto voltado ao surdo, como aluno ou com a comunidade surda?

APÊNDICE B - ENTREVISTA PARA PROFESSORES

QUESTÕES

- 1 - Quantos anos de atuação na EJA?
- 2 - Qual sua formação? E que componente curricular você leciona?
- 3 - Tem alguma formação da área de LIBRAS?
- 4 - Como você vê a inclusão do aluno surdo na EJA?
- 5 - Já teve algum aluno surdo na EJA?
- 6 - Quais foram as dificuldades que enfrentou em relação à comunicação e os ensinamentos?
- 7 - De que maneira você vê a inclusão dos Surdos na EJA? E Como pode haver um maior desempenho dos Surdos, na EJA, em relação ao trabalho do professor?
- 8 - Você sente necessidade de um acompanhamento maior, por partes de órgãos competentes, quanto à inclusão?
- 9 - E relação ao intérprete de língua de sinais, você entende qual o papel deste profissional em sala de aula?
- 10 - A instituição a qual você trabalha, possui intérprete de língua de sinais (LIBRAS)?
- 11 - O que você acredita que pode ser mudado na EJA ou no ensino regular, para que melhore o acolhimento ao Surdos?

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM ALUNO

- 1 – Você se comunica em Língua de sinais (LIBRAS)?
 sim não
- 2 - Seus pais são ouvintes?
 Mãe sim não Pai sim não
- 3 - Seus pais se comunicam com você em língua de sinais (LIBRAS)?
 Mãe sim não Pai sim não
- 4- Qual é o seu grau de surdez?
 leve profundo
- 5- Frequentou escola regular por quantos anos?
 não sim
- 6- Quanto tempo você frequentou a EJA?
 menos de um ano mais de um ano
- 7- Como você vê a inclusão dos Surdos na EJA?
- 8- Teve algumas dificuldades enquanto foi aluno da EJA:
- a. Teve dificuldades de se comunicar com os alunos ouvintes?
 sim não
 - b. Teve dificuldades de se comunicar com os professores?
 sim não
 - c. Com o pessoal da secretaria e funcionários da escola?
 sim não
 - d. Com a direção e equipe pedagógica?
 sim não
 - e. Com os funcionários da cantina e limpeza?
 sim não
 - f. Com os professores?
 sim não
- 9- A escola ofereceu intérprete?
 sim não
- 10- Que vantagens e desvantagens você observa na EJA, em relação ao acolhimento do aluno com surdez?
- 11- Na sua opinião o que você acredita que pode ser mudado na EJA para melhorar o ensino para o aluno surdo?

APÊNDICE D - ENTREVISTA PARA O INTÉRPRETE

- 1- - Qual sua formação?
- 2- O que te levou a trabalhar com surdos?
- 3- Quanto tempo você trabalha com surdos?
- 4- Como você vê a inclusão do aluno surdo na EJA?
- 5- Você observa alguma dificuldade, na relação dos alunos Surdos e alunos ouvintes, dentro da escola regular inclusiva?
() sim () não
- 6- Se respondeu sim, qual(is) dificuldades?
- 7- Você observa limitações na metodologia empregada nas aulas pelo professor, em relação aos surdos?
() sim () não Se respondeu sim Justifique qual(is) limitações?
- 8- De que forma você acredita que as aulas podem ser encaminhadas para auxiliar na aprendizagem dos Surdos?
- 9- O que você acredita que pode ser mudado nas escolas de ensino regular inclusiva para que melhore em relação ao acolhimento, ao ensino-aprendizagem, em relação Surdos/ouvintes, professor/aluno?
- 10- De que maneira você vê a inclusão dos surdos nos bancos escolares?